

Turismo Rural e Desenvolvimento com sustentabilidade na Bacia do Alto Paraguai – Pantanal Sul Matogrossense – Brasil.

Vera Lúcia dos Santos
Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado
Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP/ Campus de Rio Claro
Rio Claro/SP – Brasil
FAX: (19) 3534-8250
Correio eletrônico: santoslve@bol.com.br

Atualmente um grande número de municípios brasileiros tem buscado novas alternativas de desenvolvimento, de diferentes formas, mas que culminam em um único objetivo: conhecer a realidade local e maximizar as potencialidades da região, criando alternativas no sentido de transformar alguns pontos em atrativos turísticos. Tal fato ocorre porque a “indústria do turismo” vem passando por fases de crescimento exponencial em todo o mundo. No caso específico brasileiro, vários municípios têm-se engajado nesta tarefa e alguns inclusive, já alcançando grandes progressos.

Nesse início de século é marcante a nova característica do turismo. É muito mais que uma atividade econômica, embora, infelizmente, ainda seja analisado apenas sob essa ótica por muitos dos nossos governantes. Hoje estudar o fenômeno do turismo em suas várias facetas é buscar compreender aspectos ligados à organização do espaço, às atividades humanas e a interação sociedade/natureza. Em trinta anos, de 1950 ao início dos anos 80, o número de turistas internacionais praticamente decuplicou, passando de 30 para 300 milhões. Isso significa não só o movimento de pessoas que vão e vem, mas mudanças de valores e atitudes de milhões de pessoas que buscam não só o prazer e o espairecer, mas também diversificar seus conhecimentos e ficar cada vez mais informado, necessidade básica para quem não quer perder seu lugar nesse mundo globalizado economicamente.

No Brasil, como podemos caracterizar esta atividade? Tudo indica que o marco principal do início das atividades turísticas, nos moldes do século presente, datam de 1932, quando houve as festas comemorativas do Centenário da Independência. É desse período os primeiros hotéis no Rio de Janeiro, sendo que foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo.

Hoje, indubitavelmente é uma das principais atividades econômicas do país, seguindo o que de certa forma acontece em todos os países, pois se sabe que o turismo se

consagra como uma das fontes mais relevantes de renda de vários países, prometendo ser a indústria que continuará a crescer neste século.

Dado a sua grande relevância no plano econômico, é fundamental que se planeje o turismo vendo-o como fenômeno social e político, criando organizações públicas que devem decidir e resolver os problemas inerentes a esta atividade, como o quê; como, e para quem produzir os bens e os serviços. Cabe também a essas organizações atualizar e ampliar o inventário dos recursos turísticos nacionais, de acordo com o crescimento da demanda turística. Assim, as funções dessas empresas são a informação correta e atualizada, a regulamentação, o controle, a publicidade, a solução de problemas técnicos jurídicos e as relações internacionais, a criação de áreas turísticas, a promoção e a política turística estrangeira.

No Brasil é a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) que, ao lado de outras instituições como o MMA – Ministério do Meio Ambiente; o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, regem o turismo. No momento todas essas instituições são responsáveis pela coordenação de grandes projetos financiados por organismos financeiros transnacionais, como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e também pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS).

Nos últimos anos a sociedade brasileira começou a cobrar atitudes mais rígidas dos nossos governantes quanto ao respeito ao meio ambiente, pois conservá-lo significa garantir qualidade de vida. É uma postura bem diferente daquela dos anos 70 quando a questão ambiental era vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Foi um período da nossa história em que se eximir das preocupações com a conservação ambiental significava maior poder de negociação na ordem econômica mundial. Pagamos um preço alto por essa postura irresponsável. Na década de 80, nosso ambiente estava pedindo socorro, dilapidado, o progresso tão divulgado caracterizava uma década perdida, fazendo com que novas posturas fossem adotadas, embora também, sobre o cunho da exigência internacional.

Assim, o governo federal instituiu em 1981 a Lei 6938/81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo as novas regulamentações e diretrizes a serem implantadas. É criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com atribuições de estabelecer normas e critérios para licenciamento de atividades poluidoras. Porém, somente em 1986 que o CONAMA, através da Resolução 001 regulamentou os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e o Relatório de Impactos do Meio Ambiente

(RIMAs), estabelecendo critérios e as normatizações para o licenciamento da implantação de grandes empreendimentos.

Alicerçando a atividade por esses órgãos, a Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes básicas a serem cumpridas indistintamente por governantes e governados. É clara no seu capítulo VI, artigo 225, quando afirma que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

Em outras palavras, temos todo o aparato legal necessário para defender a conservação do meio não só porque a sua defesa significa preservar valores que não podem ser mensurados economicamente, mas também porque é um princípio constitucional que norteia a atividade econômica.

No caso da atividade turística, alguns pesquisadores Lombardo e Casella (1997), Ruschmann (1994), entre outros afirmam que a legislação brasileira acompanhou a evolução da conscientização mundial quanto à defesa do ambiente, mas a sua aplicação é extremamente restrita. Nesse sentido Xavier (2000, p.33) afirma que “pensar políticas públicas ambientais significa pensar o meio ambiente dentro de uma estratégia de desenvolvimento marcada, principalmente, pela participação social e pela vinculação do discurso ambiental às demais políticas governamentais”.

Assim, é preciso que o turismo (enquanto atividade social, política e econômica) e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação. Todos devem estar atentos quanto a isso; governo, moradores das áreas turísticas, turistas, poder público local e regional, empresas públicas e privadas.

É necessário então refletir sobre a polêmica questão: é possível o desenvolvimento sustentável aliado à atividade turística?

Rodrigues (2000, p.42) discutindo esta questão inicia seu texto chamando a atenção para o fato que o turismo produz territórios e, sendo assim, na sua essência, é insustentável, pois ao produzir provoca destruição. Nas suas palavras “não se pode deslocar a análise da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta que é uma atividade econômica, que produz (e consome) mesmo tendo como pressuposto ‘consumir’ paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la articulada com os elementos gerais da produção e do consumo”.

Continua sua assertiva salientando que há na bibliografia relacionada ao turismo dois enfoques principais: um preocupado com a produção e, outro, com o consumo da paisagem, do território, do espaço. Na verdade, a produção e os produtores e o consumo e os consumidores da paisagem produzida ou simplesmente apropriada pela atividade turística, não podem ser desvinculados. Mas, visando a facilitar os estudos e a compreensão do fenômeno do turismo é o que se tem observado na literatura. Tal enfoque não permite a análise do turismo na sua complexidade, que engloba várias faces.

Rodrigues (op. cit.) afirma que a atividade turística para se implantar necessita de:

- um lugar: geralmente uma paisagem natural aprazível, que permita o reláx do turista, que dê também a oportunidade de desenvolver outras atividades de lazer: (um passeio de barco, um mergulho, a possibilidade de saborear uma comida caseira, um passeio a pé, andar de buggy nas dunas, etc...);
- de apropriar-se de um lugar: esta apropriação pode ser realizada de diversas formas, seja a delimitação de um parque realizada pelo governo; ou de forma indireta, por meio da construção de hotéis, pousadas, etc...As formas como ocorrem são diversas e nem sempre respeita-se o direito do cidadão autóctone;
- da infra-estrutura: que é produzida e apropriada para chegar aos diversos lugares turistificados.

Após apresentar essas necessidades da atividade turística a autora ressalta sua posição reafirmando que “à medida que se instalam algumas dessas facilidades e que estes lugares passam a ser conhecido e entram no sonho e na realização do desejo, já se iniciou o desenvolvimento insustentável, pois são rompidas as formas de manutenção do equilíbrio anterior que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas”.

A uma primeira vista tal postura pode causar espanto e suscitar a pergunta: não é possível, então, que haja a implantação da atividade turística em determinadas áreas, respeitando suas condições ambientais, proporcionando um desenvolvimento local?

Para justificar sua posição, Rodrigues propõe uma análise complexa, citando o exemplo de sua área de pesquisa, Porto Seguro, localizada no Estado da Bahia. Nessa cidade foram realizados vários investimentos necessários ao turismo. Aeroportos, rede hoteleira, criação de áreas destinadas a bares e restaurantes, foram alguns dos equipamentos implantados na paisagem. A programação das agências de turismo é para curta permanência, ou seja, é apenas para o turista ver. Tudo é programado desde a hora de chegada até a saída de barco para “ver” as praias, os peixes coloridos. E a autora questiona: o que fazer com o lixo? Qual o significado de um grande número de pessoas

alimentarem os peixes na mão, transportadas em embarcações que consomem combustível e ao mesmo tempo também poluem as águas oceânicas? Além disso, onde foram estas embarcações construídas? Nesse caso é preciso refletir sobre as grandes transformações com a vida cotidiana dos moradores locais, transformando-os em trabalhadores para o turismo. Aumenta também o consumo de energia elétrica, de água potável, etc...

Obviamente a postura da autora e as questões por ela suscitadas são extremamente pertinentes. Mas é importante destacar que se trata de um turismo convencional, voltado a atender grandes quantidades de pessoas, visando gerar lucros imediatos para determinados grupos econômicos. Nesta modalidade de turismo a natureza é apropriada como mercadoria e, pensar em desenvolvimento sustentável, nessas condições, realmente é pura demagogia.

Porém, há outros pesquisadores que chamam a atenção para o desenvolvimento do turismo local como oportunidade para inserção no mercado de áreas dita deprimidas, como (Rodrigues, A., 2000, p.55); Cavaco, (1996), entre outros.

Nessa abordagem Cavaco (1996, p.28-29) afirma:

“perante os custos sociais e ambientais do turismo de massa, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado industrialmente, afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado aos locais de destino, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas raramente com o cunho de turismo social”

O que explica a crise do turismo convencional/ de massa é a própria crise do sistema capitalista globalizado. A globalização econômica não garante a todos condições mínimas de sobrevivência, gerando uma grande massa de excluídos, já que a competitividade é selvagem, em que a tecnologia substitutiva cresce em proporção geométrica, contra o

crescimento aritmético do número de empregos, mesmo nos países que acusam um razoável crescimento econômico. É nesse ambiente, de extrema competição e desigualdade que se elabora a política de turismo, estabelecida no bojo das instituições nacionais, orquestradas pela política econômica vigente, hoje ditada em macroescala, com vistas ao mercado global.

Todavia, nem tudo está perdido. Na contracorrente da globalização, **o lugar** ganha novos significados. Não podemos nos esquecer que é nos fragmentos que se assenta o global. Global em hipótese alguma significa homogêneo, uniforme, muito pelo contrário, o global se alimenta das diferenças. É extremamente válida a posição de Rodrigues, A. (2000, p. 58) nesse momento:

“deter-se no lugar significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares. Não se deve pensar que a transferência de tecnologia dos países centrais não tenha aspectos positivos, mas para sua adoção há que se exercer vigilância e seletividade”.

Adotar essa compreensão é pensar no desenvolvimento com base local, primeiro passo rumo a um desenvolvimento com sustentabilidade.

Defender esse tipo de desenvolvimento, hoje, significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente. Porém, alguns números devem ser objetos de reflexão. Segundo dados do Banco Central para cada dólar gasto por estrangeiros no Brasil, há um correspondente de U\$5 gastos por brasileiros no exterior. Com esses dados, apontados por Rodrigues, A. (1999) fica clara a necessidade de dar mais incentivos ao turismo interno no Brasil, que agora é que começa receber destaque na Política Nacional de Turismo.

Considerando o atual momento econômico em que o real está perdendo valor diante do dólar e que o turista brasileiro é um dos que mais gasta no exterior e que os turistas estrangeiros gastam muito menos no Brasil, o caminho a adotar é um incentivo massivo

ao crescimento do turismo doméstico, planejando novas alternativas também para as classes emergentes, portanto, um turismo que dinamize os recursos locais e regionais.

Quais são essas novas modalidades de turismo? Há que se dar destaque ao ecoturismo, na sua verdadeira expressão, principalmente no que se refere às Unidades de Conservação; ao turismo rural, muito relevante há décadas na Europa, particularmente na Itália, França, Espanha e Portugal, no Brasil inicialmente nos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo; ao turismo de saúde, ao turismo religioso, modalidade alimentada de forma significativa pelas populações dos estratos E e D da população. Segundo Rodrigues, cinco milhões de pessoas/ano visitam o Santuário de Aparecida. Há, ainda, as tendências mundiais dando incentivo ao turismo para grupos minoritários, como turismo de terceira idade (relevante, já que representa uma fatia do mercado em crescimento exponencial); ao turismo para a juventude, ao turismo gay, ao turismo single, ao turismo para deficientes físicos, entre outros.

Rodrigues salienta que “o pensar a microescala atendendo às necessidades locais, permite interessantes projetos alternativos de turismo, não só considerando a demanda emergente, que significa geração de renda, mas também a ampliação do mercado de trabalho”.

Dentre essas novas modalidades da atividade turística, a que mais nos interessa é o turismo rural, tema da presente pesquisa. É pertinente, então, discorrer a situação do turismo rural no Brasil.

Observando a literatura existente a respeito do tema nota-se que uma das maiores dificuldades encontradas está relacionada às conceituações. Há uma grande confusão na terminologia, fazendo com que vários estudiosos, organismos e entidades nacionais e internacionais ligados ao assunto buscassem uma definição que representasse a atividade. Ainda não há um consenso, mas a EMBRATUR considera turismo rural “como uma atividade multidisciplinar que se realiza fora das áreas intensamente urbanizadas, por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominantemente voltada para práticas agrícolas e pecuárias”. (Xavier, 2000, p. 53)

Lima e Matias (1999) afirmam que algumas características são inerentes ao turismo rural, independentemente de sua conceituação ainda indefinida:

- a base onde é desenvolvido: desenvolve-se no meio rural, com a presença das paisagens naturais, campos, montanhas, rios e vales. Valoriza-se a arquitetura típica, a flora e a fauna, as formas de vida tradicionais, a culinária, as festas folclóricas;

- a oferta: alojamentos de tamanho pequeno em casas de campo, ou acolhedores hotéis ou hospedarias situadas em prédios históricos. É necessário espaço para camping, atividades recreativas como excursões em bicicletas, a cavalo, pescarias, etc..;
- os clientes: geralmente são residentes em grandes cidades que viajam com a família na grande maioria das vezes utilizando veículo próprio. Há presença de alguns estrangeiros;
- necessidades dos clientes: a observação de um ambiente diferente das condições do cotidiano, deve permitir recuperar as energias. Buscam paz, tranquilidade, proximidade com a natureza em um lugar não massificado que compense a despersonalização das cidades.

O apoio ao desenvolvimento do turismo rural no Brasil é considerado por alguns estudiosos como incipiente, mas os primeiros passos foram dados. Na Política Nacional do Turismo, a EMBRATUR (1996) tece as seguintes estratégias a fim de promover o desenvolvimento dessa atividade no país:

- Promover um turismo organizado e administrado pela população rural, voltado a atender uma pequena escala, permitindo benefícios econômicos à comunidade local;
- Tornar possível a conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos, destacando a importância do patrimônio natural e socio-cultural;
- Criar oferta de alojamento e recreação, especialmente de pequena escala, priorizando a coordenação local de acordo com as especificidades do meio rural.

Dentre as várias iniciativas do governo federal a fim de fortalecer o turismo rural no país está o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), coordenado pela EMBRATUR. Esse programa incentiva os municípios a preencherem o roteiro de informações turísticas submetendo-o à EMBRATUR para seleção dos que são potencialmente mais aptos ao turismo.

Na opinião de alguns pesquisadores tal programa é válido por priorizar o turismo interno e regional, porém, é importante lembrar que nem todos os municípios, indistintamente, devem valorizar as atividades turísticas no meio rural em detrimento de outras atividades econômicas, que podem trazer-lhes maiores oportunidades de desenvolvimento. O turismo no meio rural mal planejado e implementado pode resultar em grandes malefícios à população local e a economia regional, em decorrência dos impactos que podem ser gerados.

No entanto, o que se observa é que o turismo rural está sendo visto como uma verdadeira locomotiva do desenvolvimento local e regional. Isso se deve aos seguintes motivos: assim como ocorre com o turismo convencional, o turismo rural constitui uma fonte de renda, proveniente de impostos e de divisas para as localidades onde ocorre; gera empregos para a mão-de-obra local, fazendo reverter, até certo ponto, o processo de êxodo rural dos jovens; estimula uma série de atividades produtivas, inerentes ao contexto rural, tais como produtos agrícolas, vestuário específico, construções e serviços públicos, transportes, seguros; estimula a aquisição de produtos artesanais e daqueles relacionados com as atividades do meio rural como lamparinas, ferramentas, objetos de decoração, etc...

Diante do que foi exposto é possível pensar no turismo rural como uma das atividades propulsoras do desenvolvimento local; entretanto, para que tais fatos ocorram de forma eficaz é preciso implantar estruturas que dêem o suporte necessário para o incremento sustentável da atividade no meio rural. Hummelbrumer e Miglbauer citados por Ruschmann (1994), relacionam da seguinte forma:

- *Organizações locais e regionais*: tem como objetivo desenvolver e mercadizar os produtos turísticos da área. Devem unir os agentes envolvidos, de forma a estimular o espírito cooperativo entre eles, além de fornecer apoio institucional;
- *Estruturas de apoio em nível local*: são responsáveis pela coleta e o aproveitamento adequado de informações, tais como as necessidades e as tendências do mercado, a busca de investidores potenciais, o encaminhamento adequado para a obtenção de financiamento dos equipamentos, além de prover suporte técnico para os negócios do turismo rural, os projetos e os programas de desenvolvimento;
- *Estruturas externas*: devem promover o marketing adequado do produto em áreas externas à localidade, atentos para aquelas áreas onde se concentram os fluxos de turistas potenciais para a área;
- *Consultorias*: os prestadores de serviços de consultoria são elementos essenciais para o incremento adequado da atividade e a orientação dos empresários nos investimentos e na operacionalização dos seus negócios.

Assim, vale reiterar que o turismo rural não representa a solução para os problemas do campo, como a maioria dos governos locais o vê. É uma opção empresarial, que pode trazer efeitos econômicos positivos, contrabalanceando uma eventual desintegração das atividades tradicionais. Porém, pelo exposto acima, como qualquer outra atividade

econômica, deve ser contemplado em um plano estratégico, nos níveis local e regional. Esse plano deverá considerar os aspectos relacionados com o desenvolvimento social, econômico, ambiental, físico e administrativo, estimulando a diversificação da base econômica, por meio de atividades complementares. Concordamos com Ruschmann (op. cit.) quando ressalta: “o turismo proporciona a áreas rurais uma segunda chance, uma vez que a primeira perdeu-se com a exaustão de sua potencialidade produtiva, pelo uso indiscriminado do solo e de pesticidas. O futuro e a sustentabilidade dessa atividade dependem da qualidade do produto oferecido, pela promoção dos valores locais e da estabilidade da autenticidade cultural e da proteção ambiental”.

Como já foi afirmado anteriormente, alguns pesquisadores acreditam que o turismo rural no Brasil, de forma organizada, vem sendo desenvolvido há poucos anos, por exemplo, Lima e Matias (1999). Mas dado a nossa riqueza natural e cultural, com certeza, promete enormes crescimentos em todas as regiões.

Várias são as experiências citados por pesquisadores sobre o turismo rural no Brasil, Xavier (2000) por exemplo, pesquisou a atividade no vale do Rio Aquidauana (MS), desenvolvendo uma proposta metodológica para a análise qualitativa de demanda turística no destino; Frochlich e Rodrigues (2000) desenvolveram considerações sobre as transformações do espaço agrário no município de Restinga Seca (RS) desencadeadas a partir da implantação da atividade turística; Silva (1999) discute o desenvolvimento do turismo e a sua espacialidade no Estado da Bahia.

Todos concordam que o turismo considerado como uma atividade econômica, com repercussões nos setores social, ambiental e político, pode contribuir com o desenvolvimento local, mas é sujeito a crises como qualquer outra atividade, exigindo planejamento metódico, gestão participativa, conhecimento da demanda (seus anseios, gostos, preferências) exigindo dos pesquisadores que se interessam pelo tema, muito mais que leitura, mas também a adoção de novos métodos de análise, navegando interdisciplinariamente, já que o turismo é uma atividade multi e interdisciplinar.

Com relação à área de pesquisa, que está em andamento, pretende-se entender o turismo rural em duas regiões extremamente importantes: a primeira, o Pantanal Sul Matogrossense, localizado no Estado do Mato Grosso do Sul ; e a outra, é o Vale do Médio Rio Tietê, localizado no Estado de São Paulo. É de supra importância entender algumas questões: Em relação aos turistas, de onde eles vêm? O que os motiva a vir para o Pantanal Brasileiro? E para o Vale do Médio Rio Tietê? Como avaliam os serviços oferecidos? Pretendem retornar novamente? Tais questões são imprescindíveis para que

se possa compreender a valoração dada pelos turistas a esses ambientes. E, finalmente, quais as transformações causadas pela nova atividade? Quais os custos e benefícios para a população residente em relação a esse novo fato econômico e social? Essas questões estão norteando a nossa hipótese de trabalho e, com certeza, representam o eixo central da preocupação desta pesquisa.

Sem sombras de dúvidas o Pantanal é uma área única em suas características naturais e sociais. Possui dois terços de sua área situados no Estado de Mato Grosso do Sul e um terço no Estado de Mato Grosso. Localiza-se quase no centro do continente sul-americano, com eixo de 450 Km no sentido norte-sul, cruzando com outro, no sentido leste-oeste, de cerca de 280 Km na latitude da cidade de Corumbá. (Xavier, 2000, p.89).

Segundo Gonçalves (2000, p.49), o pantanal é formado por várias planícies e leques aluviais que fazem parte da bacia do Alto Paraguai, englobando uma extensão total de 110.000 Km². O autor destaca que se trata de uma área cronicamente inundável, submetida a inundações de diversas ordens de grandeza e diferente periodicidade. Desta forma, o relevo da região, em virtude do grau de inundação e de outras características, possibilita dividir o Pantanal em três regiões distintas: o alto Pantanal, com áreas esparsas de inundação, que dura cerca de dois a três meses por ano, com profundidade de 30 a 40 cm; o Médio Pantanal, uma zona de transição, com inundação mais profunda, durante três a quatro meses ao ano e, finalmente o Baixo Pantanal, cuja área é extremamente plana, com campos inundáveis, entrecortados por matas.

Em relação à vegetação, o Pantanal como um todo se caracteriza por uma grande variedade de plantas, que ora se identificam com o cerrado, ora com a floresta amazônica e formações encontradas mais ao sul. Limitando-se a oeste, é possível divisar a floresta seca tipo Chaco, na fronteira com a Bolívia e a sul e sudeste com os elementos da floresta atlântica. Mariani e Gonçalves salientam que esses quatro tipos de vegetação contribuem significativamente na formação florística do Pantanal.

Em resumo, é uma região peculiar e de extrema beleza, uma vez que a paisagem é constituída de uma espécie de “piscinão natural” circundada por planaltos e elevações residuais, como os planaltos de Taquari-Itiquira e de Maracajú-Campo Grande, a E; a Província Serrana, a N; os planaltos residuais da Bodoquena, a S; e os planaltos residuais do Urucum-Amolar, a W. (Gonçalves, 2000, pg.50).

Outro aspecto a ressaltar é o de que a realidade geográfica denominada Pantanal, não é apenas uma, mas vários pantanais, que são diferentes, tanto no que se refere às paisagens naturais quanto à humana e que se dispõem por toda a planície, recebendo

cada qual a denominação do rio tributário principal que os drenam. Desta forma, têm-se o Pantanal São Lourenço, o Taquari, o Miranda, o Jacadigo, entre outros....

Neste ambiente residem milhares de espécies vegetais e animais, algumas inclusive encontradas somente nas condições ambientais existentes no Pantanal. Peixes, jacarés, garças, tuiuiús, tucanos, onças pintadas e pardas, capivaras, araras-azuis e vermelhas, sem dúvida alguma são atrativos para os turistas que buscam ter um contato especial com a natureza. Além disso, certos costumes culturais, também chamam a atenção pela sua característica própria.

O processo de ocupação da região Centro-Oeste, sofreu grandes transformações a partir da década de 50 com a incorporação de novas terras ao sistema produtivo. Na década de 70 com a aceleração da política desenvolvimentista do país e com o avanço da tecnologia, o Pantanal passou a ter áreas intensamente exploradas economicamente e outras, periféricas, onde a ocupação e a utilização das terras era rarefeita, devido principalmente a dependência do sistema fluvial.

Hoje, essa exploração intensificada sem maiores preocupações com o ecossistema como um todo ameaça a natureza do Pantanal, mas Mariani e Gonçalves chamam a atenção para o fato que essas condições são inerentes ao processo de ocupação de novas áreas do Centro-Oeste. Obviamente é necessário implantar políticas no sentido de minimizar os impactos negativos decorrentes dessa ocupação irracional, mas atribuir ao Pantanal a condição de patrimônio natural a ser preservado como santuário ecológico é uma postura irrealista, por não considerar as influências a que está subordinado, e fundamentalmente por não levar em conta que existe um sistema produtivo, estabelecido historicamente.

Esse sistema está na origem da forma econômica e social do antigo Estado de Mato Grosso do Sul, sempre dedicada à pecuária e identificada por condições sócio-econômicas próprias. Assim atualmente os dois estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul continua tendo como base econômica a atividade pecuarista, sendo que a região caracteriza-se como uma grande produtora e fornecedora de gado bovino. Todavia, contemporaneamente essa imensa região começa a despertar grande atenção interna e externa, devido a sua beleza natural e condições ambientais e culturais únicas, atraindo curiosos e criando um movimento de turismo para os dois estados.

Tais condições exigem cuidados especiais para atender às especificidades do desenvolvimento sustentável. Tal como acontece em outras regiões do país devido a crise no mercado econômico pecuarista, as propriedades rurais estão buscando reestruturar e

modernizar suas atividades produtivas, conciliando dois ou mais ramos da economia, como por exemplo, a pecuária extensiva e o turismo no espaço rural.

O turismo, conforme aponta Xavier (2000), em sua pesquisa, é exercido de duas maneiras: recreacional esportivo e recreacional cultural. O primeiro caracteriza-se por ser mais sedentário, com um tempo médio de permanência de 5 a 6 dias. Já, o segundo, é intinerante e de curta duração, oscilando entre 2 a 3 dias. O turismo de pesca tem o caráter sazonal, respeitando-se o período da piracema, em que a pesca é proibida. A alta temporada é julho, sendo setembro e outubro os meses de maior concentração de pescadores. Quanto aos alojamentos, os mais comuns são: hotel, hotel-pousada, hotel-fazenda, hotel-pesqueiro, camping, rancho de pesca e barco-hotel.

Sabe-se muito pouco sobre os turistas que freqüentam o Pantanal, sendo difícil traçar um perfil definido. No entanto, entre as 280 mil pessoas que visitam a região todos os anos, Xavier salienta que podem ser encontrados empresários a procura de um final de semana para pescar, como também interessados em mostrar para a sua família a riqueza e especificidade da fauna e da flora. Há também que se ressaltar a visita de estrangeiros à região que, a cada ano torna-se mais expressivo.

Recentemente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS em parceria com outras instituições, como prefeituras e a EMBRAPA realizou uma pesquisa que culminou no PCBAP (Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai), caracterizando os fatores sociais, econômicos e físicos de toda a região visando traçar estratégias de desenvolvimento.

No que tange ao turismo, segundo esse documento, as duas maiores áreas receptoras correspondem aos municípios de Corumbá e Bonito. No município de Corumbá a clientela caracteriza-se fundamentalmente por ser adulta-idosa (acima dos 20 anos), proveniente, sobretudo da região metropolitana de São Paulo, seguida pelo interior desse mesmo estado e, em menor escala pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Já na área de Bonito, os visitantes tem na sua grande maioria, entre os 20 e 49 anos, e também provém de São Paulo, seguida de outras cidades do próprio Estado do Mato Grosso do Sul, tais como: Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Aquidauana e Miranda.

No entanto, os números tendem a sofrer considerável acréscimo devido principalmente a declaração do Pantanal como Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988. Percebe-se claramente que as pessoas passam a valorizá-lo cada vez mais como uma área de grande beleza natural, propiciando momentos agradáveis de descanso. Seja através do turismo de pesca esportiva, do turismo rural ou dos safaris pelas fazendas, as pessoas

buscam o contato intenso com o meio natural, não só contemplando a paisagem, mas muitas delas retornando às suas origens.

No momento, outra área está sendo cogitada para ser pesquisada, com o objetivo de desenvolver um estudo comparativo entre áreas core” extremamente importantes para o país e que estão engendrando esforços no sentido de incrementar o turismo Rural.

Essa área é denominada Vale do Médio Tietê, localizada no Estado de São Paulo, reunindo as cidades de Santana do Parnaíba, Bom Jesus de Pirapora, Cabreúva, Salto, Itu e Porto Feliz.

Trata-se de uma localidade extremamente importante para o Estado de São Paulo, constituída por várias fazendas históricas, marcada por traços da economia cafeeira, mas que estão muito próximas aos grandes centros urbanos.

Devido a esta facilidade um grupo de entidades, empresas e pessoas reuniram as cidades do Médio Tietê objetivando desenvolver o Turismo Rural na área, para tanto já preocupados com a gestão da atividade pensaram na fundação da Associação de Turismo Rural do Médio Tietê – ASTUR.

A ASTUR possui entre os seus principais objetivos:

- Planejar, incentivar e orientar a implantação do turismo rural;
- Estabelecer intercâmbios entre os associados;
- Desenvolver atividades que promovam e divulguem o turismo rural, como por exemplo: congressos, exposições, e outros eventos.

A fim de atingir tais objetivos a ASTUR se responsabiliza por elaborar um cadastro de propriedade e suas atividades visando constituir um roteiro turístico na região, além de capacitar mão-de-obra para atender com qualidade a demanda existente.

Sendo assim, trata-se de uma região que está descobrindo seu potencial turístico e que já possui planejamentos em termos de marketing e divulgação objetivando transformar a atividade turística no complemento de renda de seus proprietários, tão desgastados por sucessivas crises agrícolas.

Acredita-se que um estudo comparativo entre fazendas do Pantanal Sul Matogrossense e propriedades no Vale do Médio Tietê (todas localizadas em APAs – áreas de proteção ambiental) trará subsídios que ajudarão a entender a dinâmica desta nova atividade, bem como a importância das políticas públicas desenvolvidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Ab'Saber, A. N. "O berçário do Brasil", In: Revista Globo Rural, ano 13, nº 144, outubro, Rio de Janeiro, 1997.
- Almeida, J. A.; Blos, W. "O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável"; In: Almeida, J.; Froehich, M.; Riedl, M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2000
- Bacal, S. Stracham. "Interdependência e estrutura da atividade turística". São Paulo: ECA/USP, 1987 (Tese de Livre Docência).
- Barbier, B. "Pour une géographie du tourisme". Polônia: Universidade de Todskiego. Série 2 (22): 113-121, 1980 .(separata)
- BRASIL, Ministério do Meio ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Plano de conservação da Bacia do alto Paraguai – PCBAP, Brasília , 1997.
- BRASIL, Ministério da Indústria, do Comércio e do turismo. Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- Campanhola, C.; Silva. J. G. "Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor", In: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 1999, Piracicaba, Anais, FEALQ, 1999.
- Cavaco, C. "Turismo rural e Desenvolvimento Local". In: Rodrigues, A. B. (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Cavalcanti, Clóvis. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997
- Dencker, A. F. M. Métodos e Técnicas de Pesquisa em turismo. São Paulo: Editora Futura, 1998.
- EMBRATUR. Os números do turismo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA AGENTES DE VIAGEM, 18, 1990, Porto Alegre: EMBRATUR, 1990.
- _____. Manual operacional do turismo rural. Brasília, 1997.
- _____. Política Nacional de turismo: diretrizes e Programas 1996-1999. Brasília, Ministério da Indústria, do comércio e do turismo, Instituto Brasileiro de turismo, 1996.

Etges, V. E. "Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para comunidades rurais". In: Lima, Luis Cruz (org.) Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza:UECE, 1998.

Froehlich, J. M.; Rodrigues, I.S. Atividade turística e espaço agrário: considerações exploratórias sobre o município de Restinga Seca (RS). In: Almeida, J.; Froehlich, M.; Riedl, M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Garms, Armando. "Pantanal: o mito e a realidade". São Paulo: FFLCH/USP, 1993 (Tese de Doutorado)

Gonçalves, J. C. "Análise Ambiental da Região de Corumbá/ MS (Caracterização e problemas ambientais)", São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de doutorado)

_____. "Algumas considerações sobre a geomorfologia na região de Corumbá", In: Revista Geopantanal, nº 6, Corumbá: AGB/ Sessão Local, agosto/dezembro, 2000.

Lima, I. M. A.; Martins, M. cultura no contexto do turismo no espaço rural brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural, FEALQ: Piracicaba, 1999, p. 100-112

Lombardo, M. A.; Casella, L.L.C. Turismo Ambiental no caso de Bombinhas (SC). In: Rodrigues, A.B. (org.) Turismo e Ambiente: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 89-97.

Mariani, M. A. P.; Gonçalves, H. C. "Os impactos ambientais decorrentes das atividades no Pantanal sul-matogrossense (M.S, Brasil)", In: Lemos, A. I. G. (org.) Turismo Impactos socioambientais. Hucitec, 1996.

Medeiros, E. B. "O lazer no planejamento urbano", In: Caderno de Administração pública. Rio de Janeiro: FGV , s/d.

Novais Pinto, M. "Dinâmica da região do pantanal mato-grossense", In: Geografia, 14 (27), 93-102, Rio Claro: IGCE, abril, 1989.

Rodrigues, A. M. "Desenvolvimento sustentável e atividade turística". In: Rodrigues, A. B. Turismo desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. "Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural"; In: Almeida, J.; Froehlich, M.; Riedl, M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 2000

Rodrigues, A. B. "Desafios para os estudiosos do turismo". In: Rodrigues, A. B. (org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. "Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999.

Ruschamann D. V. M. "O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente". São Paulo: 1994, Tese (Doutorado em Geografia Econômica, Recreação, Turismo, Ecologia, Ecoturismo e Ecologia) USP, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. "O turismo rural e o desenvolvimento sustentável", In: Almeida, J.; Froehich, M.; Riedl, M. (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papyrus, 2000

Silva, S.B.M. Atração global, estratégias local e turismo. In: Coriolano, L.N.M.T. (org.) Turismo com ética, Fortaleza:Uece, 1999.

Xavier, Lucy da Silva Sá. "Turismo rural no vale do rio Aquidauana, Pantanal sul-matogrossense: proposta metodológica para análise qualitativa da demanda turística". Rio Claro: [s.n.], 2000. (Dissertação de Mestrado)

